

GÊNERO E VIOLÊNCIA NA ANÁLISE ESPACIAL

GÉNERO Y VIOLENCIA EN EL ANÁLISIS ESPACIAL

GENDER AND VIOLENCE IN SPATIAL ANALYSIS



Patricia Helena MILANI¹
e-mail: patriciah.milani@gmail.com

Como referenciar este artigo:

MILANI, Patrícia Helena. Gênero e violência na análise espacial. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, e024002, 2024. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2024.9506>



| Submetido em: 08/11/2024
| Revisões requeridas em: 13/05/2024
| Aprovado em: 04/07/2024
| Publicado em: 04/07/2024

Editoras: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas – MS – Brasil. Professora Doutorado dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia (UFMS, CPTL).

RESUMO: O descumprimento da mulher de algumas regras impostas pelo machismo provoca a violência no espaço privado da casa, com desdobramentos em espaços públicos e rebatimentos em quase todas as vivências espaciais das mulheres na cidade. Com base nisso, analisamos a violência de gênero e seus desdobramentos socioespaciais em Três Lagoas-MS, por meio da análise da vida cotidiana caracterizada pela violência contra uma mulher. Do ponto de vista metodológico nos baseamos em dados estatísticos para uma aproximação e contextualização do universo de pesquisa, em um segundo momento utilizamos a metodologia qualitativa, tendo a entrevista com roteiro semiestruturado como instrumento de produção de informações analisadas neste artigo. A dependência econômica não é o único fator que dificulta ou impossibilita a saída da mulher da casa e da relação opressora, outros fatores, como dependência afetiva e medo de mais violência em razão das ameaças, também influenciam a decisão da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Poder. Violência de gênero. Espaço. Três Lagoas-MS.

***RESUMEN:** El incumplimiento por parte de la mujer de algunas normas impuestas por el machismo provoca violencia en el espacio privado de la casa, desarrollándose en el espacio público con repercusiones en casi todas las experiencias espaciales de las mujeres en la ciudad, a partir de ello analizamos la violencia de género y su socio-despliegue espacial en Três Lagoas-MS a través del análisis de la vida cotidiana caracterizada por la violencia de una mujer. Desde el punto de vista metodológico, nos basamos en datos estadísticos para una aproximación al universo de investigación, pero en un segundo momento utilizamos la metodología cualitativa, teniendo como instrumento central en el proceso de generación la entrevista con guión semiestructurado. la información analizada en este artículo. La dependencia económica no es el único factor que dificulta o imposibilita que la mujer abandone el hogar y la relación opresiva: otros factores, como la dependencia afectiva y el miedo a más violencia por amenazas, también influyen en la decisión de la mujer.*

PALABRAS CLAVE: Geografía. Poder. Violencia de género. Espacio. Três Lagoas-MS.

***ABSTRACT:** The woman's failure to comply with some rules imposed by machismo causes violence in the private space of the house, with unfolding in public spaces with repercussions in almost all the spatial experiences of women in the city, based on that we analyze gender violence and its socio-spatial unfolding in Três Lagoas through the analysis of everyday life characterized by the violence of a woman. From the methodological point of view, we based ourselves on statistical data for an approximation of the research universe, but in a second moment we used the qualitative methodology, having the interview with a semi-structured script as a central instrument in the process of generating the information analyzed in this article. Economic dependence is not the only factor that makes it difficult or impossible for women to leave the home and the oppressive relationship: other factors, such as affective dependence and fear of more violence due to threats, also influence the woman's decision.*

KEYWORDS: Geography. Power. Gender violence. Space. Três Lagoas-MS.

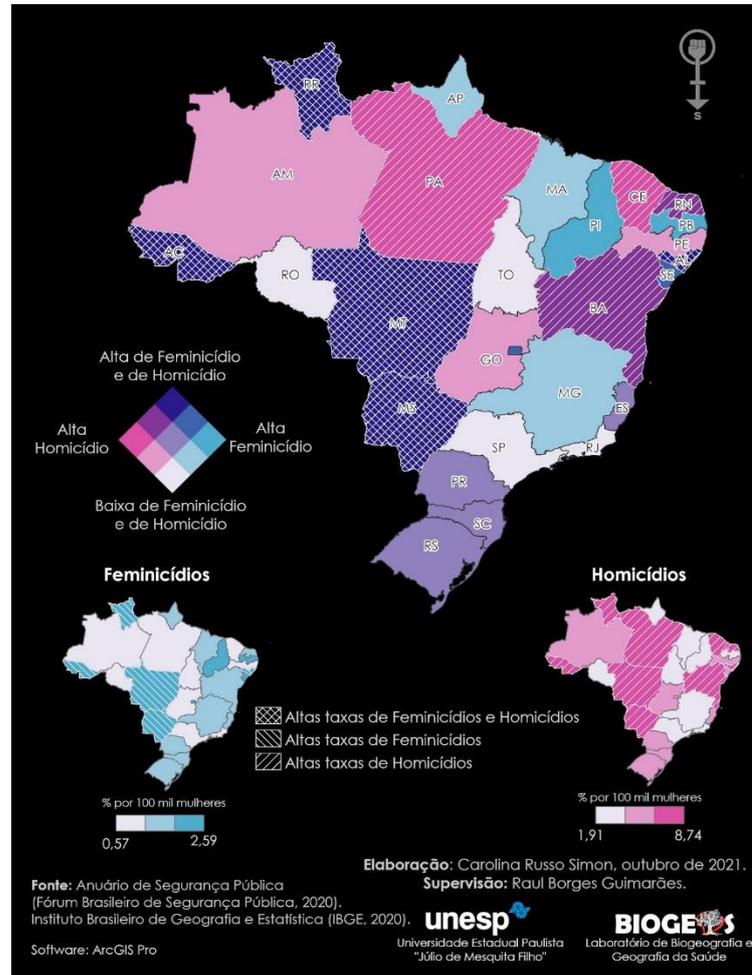
Introdução

Segundo o Observatório das Metrópoles, no ano de 2017, houve 12.112 registros de violência contra pessoas trans e 257.764 casos de violência contra homossexuais ou bissexuais no Brasil. Foram 11 agressões contra pessoas trans e 214 contra pessoas homo/bi no país a cada dia. No mesmo ano, mulheres foram 67% das vítimas de agressão física registradas no país. Ainda segundo o documento, apesar de não haver informação sobre motivação dos crimes, e por isso não ser possível determinar quais homicídios de mulheres são efetivamente feminicídios², foi constatado que 30% das mulheres foram mortas em casa, enquanto entre homens este índice cai para 11%. Eles morreram mais em vias públicas (46%), local em que 29% das mulheres foram assassinadas.

Em 2019, 3.730 mulheres foram assassinadas no Brasil e, neste mesmo ano, 1.326 mulheres foram assassinadas pelo fato de serem mulheres - classificando o crime como feminicídio. As unidades da Federação que apresentaram as maiores taxas de registros de mulheres mortas pelo fato de serem mulheres, a cada 100 mil mulheres foram: Acre (2,59%), Roraima (2,28%), Alagoas (2,50), Mato Grosso do Sul (2,45%), Mato Grosso (2,32%) (SIMON e GUIMARÃES, 2021). O mapa da Figura 1, desenvolvido pelos pesquisadores Simon e Guimarães, mostra as unidades da Federação com maiores taxas de violência contra a mulher, através da correlação das taxas de feminicídio e de homicídio contra as mulheres por 100 mil mulheres no ano de 2019, provenientes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2000), de acordo com os pesquisadores.

² Altera o Art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídios como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Figura 1 – Brasil: mulheres assassinadas em 2019



Fonte: Mapas Feministas³

Algumas pesquisas⁴ evidenciam além dos números significativos em relação à violência de gênero, que este tipo de violência é cometida pelo próprio marido, companheiro, no espaço privado da casa, outros agressores citados são o ex-marido e ex-namorado, que mantêm relações, sobretudo de ameaças. São diversos os prejuízos causados pela violência física, sexual, patrimonial e psicológica na saúde física e emocional das mulheres. Lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, sentimento de culpa, depressão, ansiedade e suicídios (OLIVEIRA *et al*, 2005) são comuns entre as mulheres que vivenciam esse tipo de situação/relação violenta.

Desenvolvemos neste texto algumas reflexões sobre gênero, relações de poder, violência e espaço. Na primeira seção do artigo incorporamos a noção de gênero e de violência

³ Site: <https://www.mapasfeministas.com.br/in%C3%ADcio>. 10 maio 2024.

⁴ Como Furini e Nascimento (2019), Santos e Izumino (2005) e Lan (2009).

de gênero na análise espacial, tendo como referencial empírico a cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil – estado em quarto lugar com as maiores taxas de feminicídio do país, segundo Simon e Guimarães (2021). Posteriormente analisamos as relações desiguais de poder e de violência de gênero com base em uma entrevista com uma mulher que vivenciou a violência de gênero durante vinte e um anos com o marido, e se divorciou a dez anos.

Partimos da hipótese de que a transgressão da mulher em relação a alguns valores e regras no âmbito do papel provedor masculino e o da mulher “virtuosa” em relação a sua sexualidade e no cuidado com a família, também seja um elemento que provoca a violência de gênero no espaço privado, com desdobramentos em outros espaços, diante de uma sociedade organizada por valores machistas.

Confirmamos a hipótese ao longo do trabalho e identificamos a constituição do espaço doméstico feminino, uma vez que após o fim da relação violenta, a entrevistada constituiu sua casa sem as relações desiguais de poder que vivenciou durante os anos de relacionamento.

No que diz respeito a construção deste objeto de pesquisa e de sua realização, três motivações me impulsionaram, enquanto pesquisadora mulher. Em primeiro lugar, meu interesse pelo tema se deu pelo número significativo de casos denunciados de violência contra a mulher na escala brasileira. Medeiros *et al* (2008) ao fazer uma contextualização acerca dessa violência revela que estudos feitos na América Latina por Heise (1994) identificam que em alguns países é significativo o índice de mulheres que afirmam terem sido agredidas por homens, destacando-se, entre esses, o parceiro íntimo; e nesse contexto o Brasil exerce um protagonismo.

A partir dos olhares atentos a essas notícias ao longo de um período, em que justamente os debates sobre o tema se acirraram na Universidade em que trabalho, compreendi que escolher um tema e construir um objeto de pesquisa é caracterizar um determinado processo como relevante para uma investigação e ainda, que essa construção não é isolada de sistemas de valores dos próprios pesquisadores (MARRE, 1991), neste caso, da própria pesquisadora.

Em segundo lugar, algumas experiências impulsionaram a problematização deste tema no âmbito acadêmico, o que será exposto nos três parágrafos seguintes.

Pensando o porquê de escolher pesquisar sobre a violência de gênero e as múltiplas relações de poder inerentes a isso, compreendi que tenho várias motivações pessoais enquanto mulher presente em uma sociedade dominada pelo patriarcado, combinado a isso há uma elaboração reguladora constituída pela ordem burguesa, branca, masculina e heterossexual

(SILVA, 2007) também sobre o gênero. Ao fazer um exercício de autorreflexão e uma retrospectiva de algumas memórias vivenciadas ou assistidas, relembrei cenas de machismo enraizado dentro de núcleos familiares e de convívios sociais desde nossa infância.

Outras situações também me motivou, principalmente ligadas ao modo como, nós mulheres devemos, aliás nos é imposto enquanto mulher, nos vestir, falar, pensar, portar, enfim, ações ligadas ao comportamento definido (pelo patriarcado) como feminino. Somos corpos femininos na sociedade, um corpo que se relaciona e produz espaço, ou seja, nos compreendemos também enquanto instrumentos que efetuaram e efetuam nossa compreensão de mundo, afinal estamos inseridas nas tramas sociais e espaciais e em todas as estruturas que definem a sociedade, o espaço e a nós mesmas, estamos social e espacialmente posicionadas.

Com minha inserção nos debates acadêmicos acerca de questões relacionadas à violência de gênero e relações de poder veladas no espaço urbano, consegui compreender a realidade também sob um viés mais crítico e notar que vivenciamos socioespacialmente um modo de vida estruturado pelo machismo, que em muitas circunstâncias é velado, e que muitas práticas ligadas a isso são naturalizadas, as quais se tornaram evidentes a partir de um distanciamento (intelectual) e um processo de desnaturalização dessa ordem posta, enraizada. Isso também reforça a ideia de que é do encontro de motivações pessoais que se produz o conhecimento de uma dada realidade, que é sempre parcial e situacional, em permanente processo de construção (SILVA, 2008), conforme debatemos em textos anteriormente publicados (MILANI; LIMA, 2020; MILANI, 2021).

A terceira motivação parte do desejo de fazer Geografias Feministas e uma ciência mais corporificada, não apenas no sentido de estudar mulheres (não que seja pouco), mas também releituras de conceitos e instrumentos metodológicos que tendem a esconder grupos sociais nas análises da geografia, nos termos de Silva *et al* (2015, p. 190) trazer para arena do debate científico geográfico os saberes produzidos pelos ‘condenados da ciência’ (mulheres, negros, homossexuais) de forma emancipatória, isso significa instituir uma razão decolonial do saber científico e das práticas cotidianas que o sustentam.

Do ponto de vista metodológico, combinamos dados objetivos sobre violência contra mulher, mas principalmente informações produzidas com a realização de uma entrevista, com uma mulher vítima de violência de gênero, moradora da cidade de Três Lagoas-MS, que representa uma parcela significativa dos casos denunciados, pelo seu perfil, sobretudo pela idade. A pesquisa teve como base uma abordagem qualitativa, utilizamos trechos da entrevista para contextualizar as falas, principalmente uma descrição (que precede os discursos no texto)

da trajetória de vida da entrevistada, na medida em que esses elementos nos ajudaram a compreender a estrutura maior que organiza a sociedade.

O roteiro da entrevista foi semiestruturado e teve caráter norteador, na medida em que novas questões foram colocadas ao longo da conversa com base nas próprias falas da entrevistada. Utilizamos um gravador para que a entrevista fosse registrada (com autorização dela) e foi posteriormente transcrita. O local da entrevista foi escolhido pela entrevistada, em sua própria casa, agora sendo um espaço doméstico feminino, já que não vive mais com o agressor.

Algumas perguntas e narrativas da entrevista foram citadas neste texto, tanto para dar voz a entrevistada quanto para subsidiar nossas análises, quando colocadas em contextos teóricos e interpretativos. As perguntas estão escritas entre colchetes e em letras itálicas, seguidas pelas respostas da entrevistada. Por meio da entrevista em profundidade buscamos gerar informações objetivas, mas sobretudo informações que pudessem ser analisadas subjetivamente, estas que só podem ser obtidas por meio da conversa, uma vez que, são informações que se relacionaram com valores, vivências, experiências, atitudes e opiniões da entrevistada (BONI; QUARESMA, 2005).

Para o levantamento de informações secundárias, utilizamos os dados da Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM) de Três Lagoas, sobretudo para a obtenção da quantidade de denúncias no ano de 2017, quantidade de feminicídios, além da porcentagem que os casos de Três Lagoas representam (quantitativamente) no Estado de Mato Grosso do Sul. O ano de 2017 foi selecionado devido a nossa facilidade de acesso a esse período e trabalhos publicados em relação a este ano, por meio dos quais obtemos informações. Além disso, coletamos dados dos anos de 2019 e 2020 pelo site “não se cale”⁵, que fornece o número de casos mensalmente de feminicídios no Estado de Mato Grosso do Sul pela Polícia Civil. Também realizamos pesquisas em jornais locais para a coleta de alguns dados que nos ajudaram a tecer um panorama mais geral, isso inclui dados de outros anos (como 2014), na medida em que nossa intenção não foi desenvolver um quadro estatístico em relação à violência de gênero.

Reconhecemos a importância que os dados estatísticos assumem como uma forma de contextualização e aproximação geral e inicial no âmbito da problemática de nossa pesquisa, contudo acreditamos que eles podem ser projetados como formas hegemônicas de entendimento da realidade, a qual é caracterizada por uma complexidade maior (SOBARZO, 2006) quando a abordamos pelos instrumentos metodológicos qualitativos, conforme desenvolvemos ao longo deste texto.

⁵ Site: <https://www.naosecale.ms.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2024.

Violência de gênero

Os gêneros masculino e feminino são papéis desempenhados socialmente, são construções sociais. O conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e implica a análise temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens, nas palavras de Silva (2008, p. 35).

A definição de gênero remete a um elemento constitutivo das relações sociais e a uma forma de significar relações de poder, possui um valor heurístico para apreender tanto o processo histórico de construção do masculino e do feminino como outras formas de relações de poder (LAN, 2008). Nesse sentido, o padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que tem maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas (ROSE apud SILVA, 2007).

Segundo Silva (2008, p. 34) as abordagens iniciais sob a ótica do patriarcado careciam de aprofundamentos teóricos e sofriam com a reprodução das mesmas leis gerais, que dificultavam a expansão do campo de análise; além disso, seus fundamentos reforçavam a eterna posição de vitimização das mulheres, impossibilitando o vislumbre de possibilidades efetivas de transformações sociais.

Essas abordagens foram, segundo a autora, enriquecidas pelo conceito de gênero, o que removeu a carga de imutabilidade e onipresença que o patriarcado expressava de forma isolada, perspectiva que melhor dialogou e fundamentou as análises desenvolvidas e apresentadas neste artigo.

Santos e Izumino (2005, p. 148) também compreendem gênero, como construção social do masculino e do feminino⁶ e como categoria de análise das relações complexas entre homens e mulheres. O uso da categoria gênero introduz nos estudos sobre violência contra as mulheres uma nova terminologia para se discutir tal fenômeno social, qual seja, a expressão “violência de gênero”, a qual adotamos nesse debate.

A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos (SILVA, 2008, p. 35), além da ampliação de nossos campos de estudos e pesquisas, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero. Nesse sentido, para Massey (1984), a organização do espaço é

⁶ As Geografias Feministas, assim como os estudos feministas como um todo, tecem críticas também ao binarismo imposto pela estrutura machista e patriarcal, em que há somente masculino e feminino. Gênero não é binário, há por exemplo, pessoas não-binárias.

compreendida como sexista e funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo hierarquizada, com primazia dos homens sobre as mulheres (SILVA, 2008).

De acordo com o mapa da CPMI⁷ foi constatado até 2014 que o Estado de Mato Grosso do Sul estava entre os 10 estados com maiores taxas de feminicídios do país, cerca de 6,1/100 mil mulheres.

Uma matéria publicada no Jornal do Povo de Três Lagoas (25/01/2014) afirma que a Delegacia de Atendimento à mulher de Três Lagoas (DAM) até a data da notícia, já havia registrado 101 Boletins de Ocorrência (BOs); essa estatística revela que no município ocorre quase a metade de todas as denúncias de violência contra mulher registradas em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Nos anos de 2016 e 2017 de acordo com o noticiário Campo Grande News (19/07/2017) e Hoje Mais (17/01/2018) foram registrados respectivamente 1367 e 1310 casos, segundo uma pesquisa na Delegacia da Mulher do município. Três Lagoas tem sido uma das cidades, cujos casos ocorridos lidera o número de ocorrências de feminicídios e violência de gênero no Estado, com cerca de 27,78% dos casos.

Além disso, até maio de 2018, dos 18 casos de feminicídios registrados, 5 ocorreram no município, segundo a Delegacia de Atendimento à Mulher de Três Lagoas.

Segundo informações da Polícia Civil do Estado, nos anos de 2019 e 2020 houve respectivamente 32 e 27 feminicídios. Almeida (2019) revela que foram atendidas pelos CRAS mais de 80 mulheres, no primeiro trimestre de 2017, que sofreram algum tipo de violência de gênero, variando de agressões (físicas e verbais), ameaças, entre outras. Além do mais, o autor em sua pesquisa trata dos casos de lesão corporal, que nesse mesmo período foram denunciados 62 casos, sendo que a maior parte (28 deles) ocorreu no mês de fevereiro de 2017; as vítimas possuíam entre 18 e 59 anos e 4 delas possuíam menos de 18 anos de idade.

A dimensão quantitativa se mostrou relevante, mas insuficiente para desenvolver o debate pretendido, que envolverá na próxima seção, mais que uma quantificação e organização estatística dos dados, mas alguns tensionamentos em relação à essa ordem machista estabelecida que é também produtora de espaços assim como as diferenças de gênero são elementos de análise da estrutura socioespacial (SILVA, 2008).

⁷ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Daí a necessidade de questionar a compreensão hegemônica de espaço enquanto “espaço abstrato” (Lefebvre, 1974) que predomina na geografia. Ou seja, o espaço compreendido majoritariamente pelas relações econômicas, com um receptáculo na maioria das vezes, que apenas recebe ações dos agentes produtores. Compartilhamos da crítica de Silva (2008), de que o viés estruturalista criou uma feminidade genérica, pautada pelas relações de classe e fundamentada na figura da mulher esposa, mãe e trabalhadora, pouco preocupada com outras identidades marcadas por sistemas políticos e culturais de opressão, como a sexualidade e a raça.

Eu nunca fui vista, eu sempre fui transparente, eu nunca fui vista como mulher

Do ponto de vista empírico, sustentamos nossas análises, para o desenvolvimento desta seção, na história de vida da entrevistada, mulher moradora da cidade de Três Lagoas-MS e vítima de violência de gênero durante o período de seu relacionamento.

Trata-se de Estela⁸, de 46 anos, mãe de três filhos (Lucas de 27 anos, Mateus de 23 anos e Angélica de 13 anos) que concebeu durante seu casamento. Estela é pós-graduada, com formação em pedagogia e artes, divorciada a cerca de dez anos do seu relacionamento, que declarou ter sido abusivo, com Joaquim.

Estela possui uma renda mensal de aproximadamente seis mil reais, Joaquim possui 56 anos, foram casados por 21 anos; no período em que o relacionamento começou tinham respectivamente 15 e 25 anos de idade.

Consideramos relevante apresentar essas características no texto para não pecar pelo alto grau de generalidade (MCDOWELL, 1999 apud SILVA, 2009). O que fizemos foi considerar uma parte de uma universalidade de relações que se estabelecem entre homens e mulheres, considerando o contexto social e espacial de Estela.

[Quando criança presenciou ou sofreu algum tipo de violência, seja ela verbal ou física?]

Quando eu era criança meu pai maltratava minha mãe, ele batia na minha mãe, tipo assim, ele sumiu 6 meses, 7 meses, sem dar notícias, sem mandar dinheiro, minha mãe com 3 crianças, que é eu e minhas duas irmãs e assim, faltava o que comer, faltava o que vestir, calçado era uma vez no ano, roupa era uma vez no ano, entendeu? Então foi uma vida bem sofrida. Quando eu me casei com o Joaquim, na minha cabeça era uma coisa normal, porque eu vivia aquilo ali, então eu via minha mãe sendo... minha mãe apanhar, eu via minha mãe viver o que eu estava vivendo, entendeu? Só que assim, vamos

⁸ Todos os nomes utilizados neste texto são fictícios.

colocar que minha mãe teve mais sorte, porque meu pai sumia, ficava 6,7 meses sem dar notícias, né, quando ele voltava, voltava agressivo, aí, só que ele bebia também, meu pai bebia, caía na sarjeta, né, então era um contexto bem diferente do meu. (Estela, 46 anos, mulher entrevistada)

Estela contou que a violência era algo já presente na história de vida dela e de Joaquim, ela via sua mãe ser agredida pelo pai e Joaquim sofreu agressão cometida por sua mãe. A prática da violência de gênero em muitos casos é transmitida de geração a geração tanto por homens como por mulheres e tem sido o primeiro tipo de violência em que o ser humano é colocado em contato de maneira direta, segundo Teles et al (2003) apud Lopes e Silva (2013, p.61).

A violência perpetuada por tanto tempo no âmbito das relações é vista como natural em muitas circunstâncias, como se fizesse parte da natureza das relações humanas. Medeiros et al (2008, p.277) salienta que a mulher e seu respectivo agressor estão numa sociedade em que, de alguma forma, pode estar sendo determinante nas formas de naturalização de certos atos violentos.

[Em qual momento ele se mostrou um agressor?]

Assim que eu casei com ele, assim... ele ganhou, não ele comprou o direito de uma casa na Vila Piloto, ai ele me levou pra essa casa um dia e não me levou de volta, no outro dia meu pai já não me aceitou dentro de casa, entendeu? Então assim, querendo ou não eu tinha que me casar com o Joaquim, porque eu dormi fora. Ai naquela semana, eu me casei em setembro né, naquela semana mesmo ele já começou a judiar de mim, entendeu? Naquela semana mesmo ele já começou a me humilhar me maltratar, naquela semana mesmo ele já, já me agrediu fisicamente. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Isso se revela como uma forma de poder para controlar a vida de uma mulher, como afirmam Souza e Nery (2016 p. 199). Dentro dos pontos de controle sobre a mulher, neste momento a sexualidade e os valores machistas exerceram seus poderes.

O fato de a mulher não cumprir o papel instituído significa profanar a honra masculina, neste caso de Estela inclui a honra do pai e por conseguinte perder a respeitabilidade do coletivo, segundo Silva (2007). O conceito de honra masculina é associado à virilidade, por sua vez, a honra feminina à obrigação de proteger o espaço da realização da virilidade masculina, que inclui o próprio corpo feminino (BOURDIEU, 1999), essa relação de poder é tão profunda que é inclusive naturalizada por parte significativa de nossa sociedade.

Eu acho que o homem já nasce machista, já nasce autossuficiente na cabecinha dele, ele não precisa de ajuda de ninguém, até quando a gente era casado ele me colocava bem pra baixo, sabe, tipo assim, eu era uma empregada ali,

empregada não, porque ele tratava bem os empregados dele, eu não, eu ele sempre tinha alguma coisa pra me ofender, pra me humilhar, as vezes me empurrar me bater, então, era dessa forma. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Souza e Nery (2016 p. 199) que abordam a sexualidade como instrumento de poder, também consideram que outros instrumentos como a religião, exercem influência sobre a sexualidade, mais especificamente sobre a sexualidade da mulher, já que as mulheres estão sujeitas a estereótipos e alguns padrões normatizados de comportamento.

Além da sexualidade e da religião e outras instituições culturais, os instrumentos de poder se mantêm devido a outros quatro campos inseparáveis de análise da exploração do homem sobre a mulher: o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado e a violência (MCDOWELL, 1999 apud SILVA, 2009). Combinado a isso Domosh (apud Silva, 2007), fala sobre o controle moral exercido sobre as mulheres, que inclusive passa pela arquitetura, pelo planejamento urbano e pela divisão dos espaços, inclusive os espaços domésticos. Estela passou a ser agredida quando se mudou para a casa do marido, sendo explicitado em vários momentos que a casa era dele, espaço em que exercia seu domínio territorial, em uma relação sempre desigual de poder, como na última narrativa exposta.

Na narrativa anteriormente citada, Estela afirmou que o seu relacionamento mudou a partir de um fato (do casamento), ou seja, o comportamento do parceiro mudou a partir do momento em que foram morar juntos, na casa de Joaquim. Antes o relacionamento era permeado de promessas, sobretudo de uma vida melhor em relação às condições que Estela vivia na casa dos pais: “as vezes não tinha nem o que comer dentro da minha casa, então ele começou a agradar, dando roupa, né, primeiro ele conquistou minha mãe, porque aí minha mãe me empurrou muito pra namorar com ele”. Em muitos casos e isso inclui o contexto de Estela, o casamento é uma via de sobrevivência, de conseguir bens (HELENE, 2018, p. 88).

Além do espaço doméstico, o controle também se dava, sobretudo em relação ao seu próprio corpo nas vivências em espaços públicos, nas palavras de Estela: “eu não podia passar um batom, eu não podia usar uma blusa de alça, eu não podia usar um short para sair”.

Estela relatou que quando usava os itens reprovados pelo marido (batom, blusa de alça...) receberia “xingamentos” (em seus termos), o que é comum entre as mulheres que sofrem violência de gênero. Na dimensão da repressão, Helene (2018, p. 87) assegura que a marcação de puta é usada para controlar as mulheres, é um estigma de controle e tem tudo a ver com o patriarcado. Segundo ela o melhor caminho é desconstruir o estigma de puta, o que vai ser bom para todas as mulheres. A mulher que é morta pelo marido, antes de ser morta, pode ter sido

chamada de puta. O maior instrumento de controle das mulheres é a marcação depreciativa de puta. A desconstrução desse estigma vai ser bom para todas (HELENE, 2018, p. 87).

As narrativas de proibições masculinas em relação aos comportamentos e corpos das mulheres, como controle de roupas, cortes de cabelo e maquiagem são comuns na maioria das pesquisas, segundo Silva (2007).

Impressionante é a constatação da naturalização dos códigos de honra internalizados pelas próprias mulheres que promovem, por conta disso, uma auto regulação. Instituiu-se, como valores e regras de conveniência locais, a complementariedade entre o papel provedor masculino e o da mulher “virtuosa” em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família. O controle do espaço social tem se dado a partir destes códigos, e a transgressão feminina resulta, muitas vezes, em violência no espaço privado (SILVA, 2007, p. 130).

Verificamos essa análise feita pela autora na maioria das vezes em que Estela sofreu alguma violência, nesses casos alguma prática de “transgressão” que ela cometia em relação às ordens do marido o irritava e fazia com que ele, na necessidade de manter o controle, cometesse a violência física e/ou simbólica.

Todos os anos, no dia do aniversário de Estela o marido cometia uma violência, ela afirmou que nunca entendeu os motivos. Combinando outras narrativas da entrevistada, compreendemos que no dia do aniversário Estela se arrumava, vestia uma roupa que incomoda o marido (transgressões), assim como recebia telefonemas de familiares e amigos, criando uma situação em que o marido sentia a perda de controle sobre ela, o que desencadeava as práticas violentas.

[...] ele falava muita coisa pra me magoar, aniversário, cada aniversario meu, foi um... foi uma história, todo aniversário, todo aniversário que eu fiquei com ele, ele aprontava alguma, ou ele me batia, ou ele me enforcava, teve uma vez que ele me enforcou perto da piscina e eu não vi mais nada, ai eu acordei com ele passando álcool, tentando... e um corte nas minhas costas, que tipo assim, uma marca assim, não sei de que forma ele fez, então assim cada aniversário era uma história. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Se reforça a ideia de que o espaço é político e ideológico e o corpo pode ser compreendido como parte das conexões entre poder e espaço, segundo Silva, Ornat e Chimin Junior (2019). No caso pesquisado as expressões corporais de Estela muitas vezes desencadeavam a violência, uma vez que ia de encontro com as normativas impostas pelo marido, pelo controle que exercia sobre ela.

Assim como narrado por Estela, na maioria das ocorrências, o agressor é o próprio companheiro da vítima e as agressões físicas quase sempre ocorrem no próprio espaço doméstico, este torna-se um lugar de sensações, medos e perigos constantes, o que gera marcas não apenas físicas, mas também morais e psicológicas nas mulheres e na família como um todo, sobretudo nos filhos, um espaço em que predomina uma relação de dominação entre os corpos e relações desiguais de poderes.

Para Saffioti (1999) muitas mulheres não conseguem sair de um relacionamento abusivo porque isso inclui deixar a casa em muitas situações, sem o auxílio externo, seja ele por motivo de dependência financeira ou emocional, por pensar nos filhos ou por medo de mais violência. E nesse contexto, Estela ressaltou como foi importante o apoio de seus familiares e amigos para conseguir sair dessa relação e, portanto, sair da casa, do espaço principal de dominação.

Desdobrando as análises que compartilhamos de Silva et al (2019) acerca da obra de Lefebvre, os sistemas de gestos e comportamentos, neste caso de dominação, não são realizados “no espaço”, mas os próprios corpos produzem espaços, uma vez que as ações e as vivências estão incorporadas de ideologias.

Não compreendemos o espaço enquanto um vazio preexistente, dotado de propriedades formais, tampouco um contêiner esperando para ser preenchido por matérias e corpos, pelo contrário, os corpos e suas ações não estão apenas localizados no espaço, mas é o próprio espaço (LEFEBVE, 2000). Neste caso, principalmente os espaços da casa e da loja, local de moradia e trabalho de Estela eram espaços de dominação e de opressão, em que as ações do marido produziam esse espaço, os quais Estela não gosta de passar nem perto, em suas palavras.

Em alguns momentos o domínio e a violência ultrapassavam os espaços da casa e da loja, mas também ocorria em locais que Joaquim gostava de exibir esse domínio (mais simbólico neste caso) e poder na frente principalmente dos funcionários (segundo ela), ou quando por posse e dominação queria que soubessem que ele era o chefe, o feminino neste caso se torna, também, elemento do território do conquistador masculino (SILVA, 2007).

É como se eu tivesse algum defeito, é a impressão que dá, que eu teria algum defeito, que eu era transparente no caso, que eu só era vista pra trabalhar e pra me maltratar, era só assim que eu era vista, hoje não, hoje eu sou uma pessoa, né, sabe assim, a minha casa era grandona, tinha piscina, tinha tudo, era uma casona, e **ele batia assim gritando, não pra mim, mas pra Três Lagoas escutar, que quem mandava ali era ele**, e enquanto ele tivesse vida, ele mandava, então isso eu escutei muito...(Estela, 46 anos, entrevistada. Grifo nosso)

Assim compreendemos o espaço, enquanto uma dimensão também de conflitos inclusive de gênero, que se expressa em distintas situações ligadas às relações de poder. Segundo Lan (2009, p. 285), as desigualdades de gênero se ligam a construções socioculturais e históricas que transformam as diferenças sexuais em desigualdades hierárquicas que pressupõem um acesso diferenciado a diversas formas de poder e, por conseguinte de espaço.

Evidenciamos nesse contexto um movimento dialético, uma vez que ao mesmo tempo em que o espaço é gerado pelas presenças e ações dos corpos, em contrapartida, as leis do espaço produzido também governam o corpo e a utilização de suas energias (LEFEBVRE, 2000), suas ações e práticas espaciais.

A casa de Estela foi um espaço produzido a partir de relações de poder, dominação e violência, e sempre dentro desse espaço Estela se sentia ameaçada, coagida; essas ameaças condicionavam os comportamentos de Estela. Verificamos que ao mesmo tempo em que a prática de dominação produz espaços de controle, condiciona e reforça novas práticas, sobretudo daquelas que são controladas.

A possibilidade que se abre com pesquisas qualitativas no âmbito da violência de gênero e Geografia, é pensar como essas desigualdades, hierarquias e relações de poder produzem espaço, por meio do uso, das apropriações e das disputas e nesse sentido produzem significados e representações do espaço.

Com suas diferenciações internas, o espaço dominado pela força masculina produz ao mesmo tempo o espaço do outro – do feminino, que não está fora, mas capturado e oprimido (ROSE, 1993 apud SILVA, 2007), quando a mulher foge das regras, escapa dessa “captura” constante, se expõe às ações violentas do agressor, que deseja manter acima de tudo seu poder de controle. Nas diversas vezes em que Estela não seguiu as ordens do marido, seja em relação aos comportamentos e seja também em relação ao seu próprio corpo (em combinação ao comportamento), foi agredida. Após vinte e um anos nesta relação, Estela saiu de casa.

A vinculação entre provimento e poder moral masculino desencadeia o fato de que, após separação, o homem perde as condições de regulação moral do grupo familiar e, assim, em muitos casos, nega-se a continuar mantendo o papel de provedor, já que a contrapartida (o controle sobretudo sobre a mulher) passa a ser negada a ele, segundo Silva (2007, p. 131). No caso de Estela:

[...] eu sai da minha casa eu tinha uma moto e mais nada, essa moto ele tacou fogo, deu perca total, então quer dizer, eu sai sem esposo, sem trabalho e sem nada, né, minha filha tomava suco Ades, eu não tinha dinheiro pra comprar Ades, então foi uma fase bem difícil mesmo, mas que Deus me deu força pra seguir e minha família também, que o apoio que eu tive da minha família foi

muito grande, muito grande mesmo, por isso que eu te falo, a mulher tem que ter o lugar dela, na onde ela desejar sabe. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Ao sair de casa, mesmo diante das múltiplas dificuldades (financeiras e emocionais), Estela teve o direito de ir e vir e acima de tudo o direito ao seu próprio corpo e do domínio do seu espaço doméstico, da casa. Se por um lado, o desempenho do papel feminino na maternagem é uma desvantagem para as mulheres que se tornam as únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família (SILVA, 2007), por outro, a casa passa a ser um espaço de dominação feminina, dela, sem mais as opressões e violências de gênero que marcaram o relacionamento com o ex-marido.

Minha casa é pequena, eu comprei, eu to pagando, mas é minha, se eu quiser colocar alguma coisa aqui eu vou colocar, se eu quiser eu vou tirar, eu posso, sabe, é tudo diferente, foi uma transformação tão grande foi na minha vida, que Deus proporcionou isso pra mim, pros meus filhos, que todos os dias eu não durmo sem agradecer a Deus, sabe por tudo que ele fez na minha vida. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Quando saem de casa as mulheres acabam exercendo a função de chefes de família sem, no entanto, ter construído ao longo da vida uma formação identitária com esse papel, no caso de Estela ela contou com uma rede de apoio e solidariedade da família e dos vizinhos para conseguir voltar a estudar e trabalhar, vemos que essas relações são marcadas pela personalidade, que se caracteriza como um código de relações sociais e práticas que se desenrolam entre pessoas e não entre indivíduos, que são sempre identificadas e reconhecidas (SILVA, 2007, p. 128).

Mas minha família me apoiou muito, tanto meus filhos, né, tanto minha mãe, meu pai, minhas irmãs, os vizinhos lá da minha mãe, sabe, então eu tive um apoio muito grande da minha família, senão eu acho que não tinha conseguido também não, pelo medo mesmo. (Estela, 46 anos, entrevistada)

Estela narrou em vários outros momentos o quão significativo foi esse apoio que obteve e a segurança que passou a sentir fora do espaço da casa, que viveu com o ex-marido, isso nos mostra que o espaço cotidiano também se constitui de emoções e afetos que determinam as redes de apoio e solidariedade, nos termos de Silva (2007), por um lado, e por outro, espaços de negação, de desafeto, como a antiga casa de Estela.

As pesquisas de Silva (2007) revelaram que a maioria das mulheres que saíram das “casas dos maridos”, empobreceram quando se tornaram chefes de família, pela dissolução

conjugal e notadamente porque investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida, como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar, e deixaram de investir em sua formação profissional (SILVA, 2007, p. 125). Devido a rede de apoio de familiares e amigos que Estela obteve ao sair da casa, isso se diferencia, uma vez que ela estudou pedagogia e fez pós-graduação após a separação.

A realidade socioespacial construída é um campo contratual, através do qual é redesenhada, redefinida e, transformada. Através da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço podemos ir além do espaço da reprodução, instituindo assim, o espaço da transformação (SILVA, 2007, p. 124), que abre a possibilidade da transgressão do poder instituído e o desenvolvimento de táticas desconstrucionistas à ordem estabelecida (ROSE apud SILVA 2007) e muitas vezes naturalizada.

Algumas considerações...

Identificamos através da análise dos dados quantitativos relacionados à violência de gênero na cidade de Três Lagoas é significativo quando colocados na escala do Estado de Mato Grosso do Sul, porém como proposta metodológica de pesquisa, reforçamos que os índices foram para nós, pontos de partida, uma vez que a análise qualitativa nos permitiu o debate de algumas questões, dentre as quais: i) a casa como principal espaço de opressão e relações desiguais de poder, em que o marido impõem suas condições. No caso analisado, quando Estela não obedecia era agredida física e psicologicamente pelo então marido; ii) as dificuldades enfrentadas por Estela quando saiu da casa e as redes de apoio necessárias para que as mulheres consigam passar por esse processo de separação.

Sobre esse último aspecto, em muitas situações essas relações de solidariedade são mais presentes e efetivas que os próprios serviços públicos, que deveriam ser ofertados para as mulheres que vivenciam a violência de gênero, isso mostra também a ineficácia ou até mesmo a inexistência desses serviços, como atendimentos psicológicos e creches para as crianças. Um enfoque de gênero nas políticas públicas das cidades pode contribuir para dar outro tratamento às injustiças que sofrem as minorias e os “invisíveis”, e as mulheres forma parte dessa categoria (LAN, 2008).

No que se refere ao primeiro ponto, confirmamos a hipótese inicial de há uma normativa rígida, sobretudo em alguns relacionamentos que definem os papéis de gênero e um forte poder

de comando e opressão do homem para a mulher, quando esse laço é rompido, ou seja a mulher transgrede as normativas impostas pelo marido, sofre a violência física e/ou psicológica. O caso de Estela foi exemplar neste sentido, opressões sobre seu corpo e seus comportamentos.

As dificuldades em sair dos espaços de dominação (casa e comércio do marido) estavam ligadas ao medo contínuo de violência, de perseguição após deixar esses espaços. A dependência econômica não é a única dimensão que dificulta e/ou impossibilita a saída da mulher da casa e da relação opressora, mas verificamos que outros fatores como dependência também afetiva, assim como a ausência de amparo, sobretudo em relação aos cuidados com os filhos, que no caso de Estela teve o apoio dos familiares e amigos, mas isso nem sempre é recorrente. Em muitas circunstâncias o fato de a mulher não cumprir o papel instituído significa profanar a honra masculina e perder a respeitabilidade da coletividade e, conseqüentemente, ser excluídas das redes de solidariedade (SILVA, 2007, p. 130).

Compreendemos que nessa relação de gênero existe a produção de espaços a partir do uso e presença dos corpos, sobretudo nos espaços de dominação e de disputas, haja vista que não o compreendemos enquanto estático e apolítico, mas enquanto uma dimensão em constante e dialética relação de produção e condicionamento das práticas, bem como uma dimensão que envolve relações políticas de negociações e relações constantes de poder.

Para isso os instrumentos metodológicos qualitativos são de fundamental relevância, pois permitem (mesmo dentro de suas limitações) a produção de informações empíricas que possibilitam o avanço e aprofundamento na apreensão e análise de conflitos que não se restringem à dimensão econômica, mas se combina e se complexificação com o gênero. Nesse sentido a plausibilidade das hipóteses está relacionada a sua potência explicativa, não à confirmação por certo número de entrevistas (KAPP, 2020, p. 11).

Encerramos este texto, ainda que longe de esgotarmos o debate, com um desdobramento de um pensamento de Lan (2008) de que a violência de gênero está inserida em uma forma determinada de relação de poder, em que se usa a violência como método de controle social e espacial sobre corpos e mentes. Assim reforçamos a importância de se pensar na Geografia como essas relações desiguais de poder se concretizam no espaço e condicionam sua própria produção, uma vez que a igualdade que muitas vezes caracteriza o espaço é uma igualdade imaginária, que desconsidera as múltiplas relações hierárquicas de gênero e de poder.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. G. de. **A violência contra as mulheres e os atendimentos no CREAs, na cidade de Três Lagoas/MS, em 2017**. Monografia. 2019. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2019.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Estado e Sociedade**, v. 29, n. 2, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.
- CAMPO GRANDE NEWS. **Violência e medo: a equação que já matou 18 mulheres em MS em 2017**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/violencia-e-medo-a-equacao-que-ja-matou-18-mulheres-em-ms-em-2017> Acesso em 11 maio 2018.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. IN: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.
- FURINI, L. A.; NASCIMENTO, K. Desigualdade de Gênero e Violência Contra a Mulher: O Caso de Ourinhos (SP). **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 185-205, 2019.
- HELENE, D. Entrevista. In: COSTA, E. (org.). **Perspectivas contemporâneas sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-89.
- HOJE MAIS. **Dos mil casos de violência doméstica registrados em Três Lagoas somente 10% das mulheres deram sequência ao processo**. Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/policia/dos-mil-casos-de-violencia-domestica-registrados-em-tres-lagoas-somente-10-das-mulheres-deram-sequencia-ao-processo>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.
- HOJE MAIS. **Feminicídio: Três Lagoas no topo da violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/feminicidio-tres-lagoas-no-topo-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 11 maio 2018.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. (do original: La production de l'espace)
- KAPP, S. Entrevista na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020. p. 1-32.
- LAN, D. Género y territorio: la violencia domestica em espacios e vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de un caso en Argentina. In: SILVA, J. M. (org.). **Geografias**

subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009. p. 281-299.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

LIMA, B. de O. **A geografia e a violência de gênero:** um estudo de caso em Três Lagoas – MS. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2020.

LOPES, M. C.; SILVA, S. M. V. da. Da paixão ao crime: uma espacialização da violência contra as mulheres em Rio Grando do Sul-RS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 58-74, 2013. ISSN 2177-2886.

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 376-382, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24790.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2011.

MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. *In: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná*. Cascavel, PR: [s. n.], oct. 1991.

MEDEIROS, L. M. V.; LEANDRO, E. L.; MELO, M. B. de; CORTEZ, H. M. A.; SANTOS, E. J. R. dos. Revisitando a violência contra a mulher: Abordagens, posturas e proposições de ação em artigos produzidos entre os anos de 1980 e 2007 e indexados em base virtual. **Psychologica**, Coimbra, v. 48, p. 261-291, 2008.

MILANI, P. H.; LIMA, B. de O. A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 77-97, 2020.

MILANI, P. H. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n.4, p. 82-91, 1999.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W.P. Violência contra as mulheres e violência de gênero. Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 16, p. 147-164, 2005.

SIMON, C. R.; GUIMARAES, R. B. Mulheres assassinadas no Brasil: o que revela e esconde os mapas? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 14., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande, PB: [s. n.], 2021. p. 01-20.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Revista Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporeidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009. p. 93-113.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 41, p. 64-77, 2019.

SOUZA, D. F.; NERY, I. S. A sexualidade da mulher na relação conjugal violenta. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, p. 195-211, 2016. ISSN 2177-2886.